

PAISAGEM: EVOLUÇÃO CONCEITUAL, MÉTODOS DE ABORDAGEM E CATEGORIA DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA*

Silvia Méri CARVALHO* *

Maria Angélica Bizari CAVICCHIOLI * **

Fábio César Alves da CUNHA* ***

Resumo: Este texto trata da evolução conceitual da paisagem, seja através de uma visão subjetiva ou de uma representação mais objetiva da realidade observada. Faz uma análise dos desdobramentos conceituais e dos diferentes métodos de abordagem da paisagem, passando pela Escola Francesa, Alemã, Soviética e Australiana. Procura discutir a paisagem enquanto categoria de análise da Geografia e a relação entre região e paisagem.

Palavras-chave: paisagem; landschaft; geossistema.

Resumen: Esta investigación tiene por objeto, la evolución conceptual del paisaje, sea por una visión subjetiva, sea por una representación mas objetiva de la realidad. Hace un análisis de los desdoblamiento conceptuales y de los diferentes métodos de estudio del paisaje empleados por la Escuela Francesa, Alemana, Soviética y Australiana. Busca discutir el paisaje como categoría de análisis de la Geografía y la relación entre región y paisaje.

Palabras-llaves: paisaje; landschaft; geossistema

* Seminário apresentado na disciplina Metodologia Científica em Geografia ministrada pelo Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente.

** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. E-mail: silviamc@convoy.com.br

*** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. E-mail: marilangeica67@hotmail.com

**** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. E-mail: fabio@uel.br

1. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM

1.1. ORIGEM DO CONCEITO

As grandes transformações que marcaram os períodos na história da humanidade, também contribuíram para a elaboração e desenvolvimento do conceito de paisagem. Esta, foi sendo moldada juntamente com as mudanças vivenciadas pelas diferentes sociedades, constituindo-se em territórios com significados peculiares de cada época, nos quais refletia-se na cultura (arte, ciência, literatura, etc.) momentos do cotidiano dos lugares e dos diversos campos do conhecimento humano.

A paisagem foi, crenologicamente, sendo apresentada como uma visão subjetiva e idealizada que o homem tinha acerca do espaço territorial, e posteriormente, transformou-se numa representação mais objetiva da realidade observada, constituindo-se como conceito de caráter polissêmico. Portanto,

é mais fácil dizer o que não é paisagem do que conceituá-la com precisão. A idéia de paisagem toma corpo, pouco a pouco, a partir das artes gráficas e daquelas de jardins; com a domesticação do quadro próximo da vida humana e, depois, com a exploração de seus quadros exóticos, ela ganhou as Ciências da Natureza. (PASSOS, 1998, p. 47).

Originalmente, a palavra paisagem deriva do latim *pagus*, significado de país “com o sentido de lugar, setor territorial”. De modo geral, na sociedade germânica foi associada à palavra *land* representando um espaço territorial delimitado, ou seja, a *landschaft*, e posteriormente, o conceito de paisagem foi difundido, territorialmente, como *landscape* na Inglaterra e Estados Unidos, *landschap* na Holanda, *paysage* na França, *paisaje* na Espanha, *paesaggio* na Itália e *landschaftovedenie* na Rússia (PASSOS, 1998, p. 28).

Nas diversas concepções encontradas, desde sua origem a noção de paisagem “surge fortemente ligado à questão espacial, no conjunto do território” (FIGUEIRÓ, 1997, p. 40). Uma das preocupações

presentes desde os primórdios da humanidade era a distribuição dos fenômenos e os deslocamentos humanos pelo território, que resultaram nos primeiros esboços gráficos de representação da paisagem (FERREIRA e Simões, 1986, p. 29-30).

No cotidiano da língua portuguesa, a categoria paisagem refere-se ao “espaço ou extensão de território que se capta num lance de vista”, ou simplesmente, é o visível. Em Geografia, Giovannetti e Lacerda (1996, p.153) conceituam paisagem como “espaço geográfico cuja individualidade ocorre na presença dos seus elementos mais característicos, como desertos, planícies, montanhas, florestas, oceanos, mares, entre outros”.

Para Small e Witherick (1992, p. 191), paisagem é um

termo usado para descrever o ‘aspecto’ global de uma área. A paisagem física refere-se aos efeitos combinados das formas do terreno, vegetação ‘natural’, solos, rios e lagos enquanto a paisagem cultural (ou humana) inclui todas as modificações feitas pelo homem (vegetação ‘cultivada’, comunicações, povoações, minas a céu aberto, pedreiras, etc.).

1.2. A PAISAGEM NA ANTIGÜIDADE

Na Antigüidade, a paisagem é retratada especialmente através das pinturas, servindo como um singelo pano de fundo às obras de arte, cujo foco central eram figuras humanas inteiras ou partes como rostos, pernas, braços, etc., apresentados com expressões alegres ou tristes. Vistas de perfil, exceto o tronco, que aparecia de frente seguindo às intenções dos sacerdotes egípcios.

Era comum também, ao lado da representação humana, aparecerem figuras de animais considerados sagrados (cão, gato, crocodilo, cobra e carneiro) ou de animais em cenas da vida diária que decoravam as paredes dos palácios e templos. Conforme Rilke (1965, p.01), a visão construída no homem resultava de que “o homem, embora existisse há milênios, era novo demais para si mesmo, demasiadamente encantado

consigo para lançar seu olhar adiante ou além de si”, sendo ainda incapaz de perceber a paisagem ao seu redor.

Os primeiros indícios acerca da paisagem estão presentes nas descrições do mundo até então conhecido através de sua representação, dimensionamento e localização, especialmente elaborados pela Matemática, Geometria e Cartografia. Vejamos a seguir alguns legados deixados por impérios que produziram elementos que, posteriormente seriam retomados e incorporados à concepção de paisagem.

Na estrutura social da sociedade egípcia, a sucessão hierárquica de poder se refletia nas criações culturais, expressando idéias, valores, e especialmente, a visão que o faraó e os sacerdotes religiosos tinham da vida e do mundo. Uma de suas grandes expressões, que marcou a paisagem na época ocorreu na arquitetura e nas artes. As construções principais eram os templos religiosos e as pirâmides que guardavam os túmulos dos faraós, e ao mesmo tempo, refletiam as preocupações com a religião e a vida após a morte. Em geral, todas as edificações eram artisticamente decoradas com estátuas e pinturas que representavam cenas da vida diária. “Os sarcófagos, esculpido em madeira ou pedra, reproduziam as feições dos mortos, a fim de facilitar o trabalho da alma na busca de seu corpo” (ARRUDA, 1998, 37).

Dentre as atividades intelectuais e científicas, podemos citar o desenvolvimento da matemática e da geometria em virtude dos raciocínios necessários à construção das edificações e a remarcação das terras afetadas pelas cheias do rio Nilo, que culminaram na “medição de terras” ou nos princípios da mensuração espacial. Outro fato, foi a organização do calendário anual dividido em 365 dias e três estações (cheia, inverno e verão) identificadas a partir das observações feitas acerca das mudanças que ocorriam na paisagem. O culto ao corpo humano proporcionou também grandes progressos na medicina.

Por fim, vale destacar a maior contribuição dos egípcios: a invenção da “escrita hieroglífica composta de pequenas figuras que representavam as coisas” da história do povo egípcio, presente como *escrita sagrada* nos templos e túmulos, como *escrita hierática* usada

pelos sacerdotes nos textos sagrados e, *escrita demótica* nos contratos redigidos pelos escribas (Arruda, 1998, p.38).

Ao contrário dos egípcios, os vários povos que habitaram a região da Mesopotâmia aproveitavam ao máximo a vida presente, pois não esperavam nada após a morte. Porém, devido a sua cultura rica e diversificada, também contribuíram com a escrita (cuneiforme), a arquitetura (palácios e templos decorados em baixos relevos) e a matemática (o calendário em 12 meses e a semana em 7 dias, a multiplicação aritmética, etc.). conhecimentos legados há cerca de três milênios numa região do Oriente, entre os rios Tigre e Eufrates.

Do império persa, um dos maiores e de curta duração da Antigüidade, temos “notável desenvolvimento da cerâmica e a construção de palácios reais, luxuosamente decorados e com jardins internos, semelhantes aos construídos pelos egípcios e assírios” (ARRUDA, 1998, p.55).

Os cretenses e fenícios, grandes navegadores da Antigüidade, deixaram sua maior expressão artística nas pinturas de afrescos e vasos pintados com os mais diversos animais, flores e cenas da vida cotidiana. A construção de palácios visava conforto, sem estilo arquitetônico único, com excesso de salas em forma de “labirintos”, e suas idéias eram escritas por pequenas figuras e símbolos, entre eles o alfabeto criado pelos fenícios para representar o som das consoantes, que recebeu depois dos gregos as vogais.

As civilizações do Antigo Oriente, aproveitando as descobertas de povos anteriores, “ampliaram os conhecimentos de cálculo matemático e de geometria, criaram unidades de peso e de medida, inventaram calendários, desenvolveram estudos de astronomia e medicina” (ARRUDA, 1998, p.71), ou seja, incorporaram à paisagem as características originais de cada sociedade pré-existente nesse dado espaço. Ao mesmo tempo, no Extremo Oriente, os chineses e indianos registraram na paisagem suas conquistas culturais, marcadas pelo isolamento decorrente das distâncias e dificuldades de comunicação.

Da China, uma das primeiras civilizações da humanidade, podemos destacar a simbologia do Yin (elemento feminino e passivo –

Lua e o céu) e o Yang (energia masculina e ativa – Sol), idéias que influenciaram um conjunto de teorias na Medicina (técnicas de acupuntura), na Astrologia (elaboração de princípios matemáticos, cartas celestes e instrumentos de medição), a invenção da bússola e da pólvora, as técnicas de construção de diques contra enchentes e irrigação; as manifestações literárias e a caligrafia sobre tábuas de bambu e rolos de seda; inventaram o papel (II . d. C), usando-o para fazer livros, dinheiro em notas; “criaram a primeira forma de impressão de desenhos e textos escritos, a xilogravura, precursora da imprensa”. Os chineses pintavam cenas cotidianas sobre seda como a cena da vida na corte pintada por Qin Ying que retrata a primavera no Palácio Imperial (ARRUDA, 1998, p.76).

Na Índia, a hierarquização da sociedade não permitia ascensão social, incentivando a humildade e o desprendimento das coisas materiais. Nas artes, cenas da paisagem eram retratadas pelas danças acompanhadas da cítara, flauta e tambor, ou nas edificações com jardins. Os pintores e escultores decoravam os templos dos deuses Krishna, Brahma, Vishnu e Shiva, inspirando-se nas cerimônias religiosas e narrativas históricas, juntamente com os bailarinos hindus que desenvolveram coreografias em “diferentes posições das mãos e das demais partes do corpo” para despertar emoções no público.

A integração da cultura helênica (grega) com a cultura persa e egípcia, marcaram profundamente a paisagem cultural da época, caracterizando-se pelas construções de templos grandiosos. “por esculturas que retratavam com perfeição a natureza, a transparência das vestes e o movimento dos corpos” (ARRUDA, 1998, 125), que foram incorporadas ao patrimônio cultural da humanidade.

O império romano foi marcado pelo estilo das construções gregas em edificações de termas, teatros e anfiteatros, e também assimilando a formação intelectual dos gregos, limitando-se a utilizar os seus conhecimentos na matemática e das ciências naturais. O destaque de sua cultura foi no campo militar, na administração pública e principalmente no Direito; foram responsáveis pela organização hierárquica da Igreja

Católica e da língua romana – o latim – que deu origem a outras línguas européias, inclusive a nossa língua portuguesa.

Conforme Marcondes (1997, p. 19-20), os “diferentes povos da Antiguidade – assírios e babilônios, chineses e indianos, egípcios, persas e hebreus -, todos tiveram visões próprias da natureza e maneiras diversas de explicar os fenômenos e processos naturais”. Entretanto, só os gregos fizeram ciência, elaborando o pensamento filosófico-científico, que surge na Grécia por volta do século VI a.C, caracterizando-o “como uma forma específica de o homem tentar entender o mundo que o cerca, isto não quer dizer que anteriormente não houvesse também outras formas de se entender essa realidade” (MARCONDES, 1997, p. 19-20), de representar a paisagem vivida, observada e percebida.

1.3. A PAISAGEM NA IDADE MÉDIA

Na Idade Média, a paisagem está representada na chamada pintura cristã, que tem nas imagens sacras sua maior expressividade. Nessa fase, “a penetração das idéias religiosas redireciona a visão do artista, imprimindo um caráter cada vez mais paisagístico e menos antropocêntrico” (RILKE, 1965, p.01). Os artistas medievais, influenciados pela filosofia cristã que considerava uma “injúria ao Criador” representar figuras humanas, perdem a intimidade com o corpo mudando sua perspectiva para além das cidades muradas.

A paisagem resumia-se numa representação pictórica que insistia em não representar um lugar real, observado a partir de determinada perspectiva como algo idealizado. “A arte medieval representava os objetos naturais por meio de símbolos que não tinham muita relação com sua real aparência, mas que exprimiam as premissas religiosas e intelectuais do período” (LEITE, 1994, p.34). Tudo aquilo que compreendia a paisagem medieval “era agregado em uma composição carregada de um simbolismo próprio” (FIGUEIRÓ, 1997, p.41) com forte conotação religiosa, que se manifestava nas artes através das pinturas sacras.

Nesse período, com a difusão do cristianismo ocorre uma regressão no conhecimento científico, e todas as explicações passam a ser dadas a partir de interpretações bíblicas. E dessa forma,

a ciência progride quando o homem se preocupa com o mundo que o rodeia e ela pode responder de forma satisfatória às perguntas formuladas sobre o mundo físico. O facto de ser a Igreja a dar respostas que antes eram encontradas através da ciência deve-se não só ao poder que a religião detinha, mas também ao facto de o imobilismo populacional ter provocado o desaparecimento das viagens e, com isto, o desconhecimento do mundo real (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p.45).

Assim, a paisagem restringia-se aos feudos, instaurando um sistema isolacionista, contrário a mobilidade espacial e cultural que existia na Antiguidade.

1.4. A PAISAGEM NO RENASCIMENTO E A ESCOLA HOLANDESA

Nessa época de “forte evocação racionalista” ocorre uma resignificação dos jardins, que passam a representar os sinais divinos que o homem é chamado a interpretar.

A idéia de liberdade e serenidade emanada da contemplação da paisagem tem na pintura o seu maior representante”. Os jardins ganham novo papel na sociedade, sendo agora planejados à contemplação e ao prazer como jardins “abertos e frequentados por intelectuais, estudantes e artistas” (FIGUEIRÓ, 1997, p.42).

constituindo-se em um “verdadeiro espetáculo de movimento, expansão e transição entre o jardim e a paisagem do entorno” (LEITÃO, 1994, p.36), ou seja, integrando às construções com seu entorno caracterizando a paisagem concreta.

Como expressões culturais, a pintura de paisagens e a arte dos jardins assumem trajetórias diferenciadas na construção do conceito de paisagem, ou seja, enquanto,

o jardim é incorporado como instrumento da ordenação urbana, a pintura continua a assumir a expressão da representação simbólica da paisagem, não a pintura de um lugar específico, mas de um lugar idealizado: um prado, um arroio, uma colina, pastores, cabras, ovelhas [...] (FIGUEIRÓ, 1997, p.43).

A reinterpretação do conceito de paisagem nos séculos XV e XVI, oriundas das mudanças nas condições históricas, leva o homem a repensar a sua relação com o entorno. Conforme afirma Collischonn (1995, p.08)

o termo paisagem que significava o conjunto formado pelo terreno, os habitantes e a representação política de uma comunidade se estilhaça porque as alterações ocorridas no final da Idade Média criam uma clara separação entre o terreno e seus habitantes, a natureza e a sociedade”.

configura-se espacialmente a propriedade privada da terra e as cidades assumem o papel principal na contradição campo-cidade (transição feudalismo/capitalismo). E como acrescenta Figueiró (1997, p.43)

o caminho do racionalismo vai forçando a substituição da paisagem idealizada pela paisagem concreta, cuja territorialidade assume importância secundária diante da perspectiva de “unidade “que ela pressupõe. A idéia de paisagem vai se afirmando cada vez mais como um mosaico de elementos, naturais e não-naturais, passíveis de serem captados pelos sentidos humanos em um determinado momento, a partir de um determinado local. Em detrimento disso, a sua componente espacial-territorial vai se perdendo progressivamente, até ser resgatada novamente pela escola alemã.

Toda essa transformação conceitual será fundamental na interpretação da paisagem na era Moderna. Embora a representação da paisagem real só deslancha a partir de 1700, anterior a essa data já existia testemunho do início desse processo nas aquarelas das viagens de Albrecht Durer pelos Alpes austro-italianos ou nas obras de Leonardo da Vinci que apresentava a natureza como pano de fundo numa "perspectiva da visão vertical".

Nessa fase convém destacar a importância da Escola Holandesa com suas pinturas sobre paisagens por "volta de 1430, na região de Flandres e do sul da Alemanha". Ao contrário das pinturas de movimento e ação do Sul da Europa, a pintura holandesa registrava a cena estática "como se o olho humano fosse, a um só tempo, um microscópio e um telescópio", transformando a arte em instrumento de comunicação, ou seja, a substituição progressiva do pictórico para o simbólico - "desaparecem monstros marinhos e as representações fantasiosas do mundo real" (FIGUEIRÓ, 1997, p. 44).

O contexto contribui para

reforçar a idéia da paisagem holandesa como uma arte de experimentação (no sentido baconiano que equipara experimento a experiência). [...] a técnica de Bacon é arte orientada à busca do saber através do experimento onde o olho se converte em instrumento, tanto da arte como da ciência, ambos guiados pelo objeto real que sem instrumentos não pode ser captado. (ALIATA e SILVESTRI, 1994, p.46).

Esta representação absolutamente fidedigna da pintura holandesa possibilitou uma separação cada vez mais profunda entre sujeito e objeto, pois "ela só se concretiza na medida em que há uma reconstrução do objeto de acordo com os valores impostos pelo sujeito" (COLLISCHONN, 1995, p 11). Trata-se da inserção das idéias de percepção e subjetividade na interpretação estética da paisagem.

Por influência das técnicas e das ciências, inicia-se uma nova fase do estudo das paisagens com as contribuições de Bacon, Descartes, Hobbes, Newton e Comte, ou seja, "a paisagem passa, desde então a

ser fracionada, medida, analisada e transformada em leis" (Figueiró, 1997, p.46) numa análise mais objetiva da realidade.

2. DESDOBRAMENTOS CONCEITUAIS

Figueiró (1997), ao tratar da evolução do conceito de paisagem, faz uma análise dos desdobramentos conceituais, enfatizando que o desenvolvimento do racionalismo Cartesiano no início do séc. XVII, trouxe conseqüências para a ciência, entre elas: uma prioridade do sujeito sobre o objeto; o todo como resultado do comportamento das partes e uma metodologia que consistia em dividir o objeto em tantas partes necessárias, ordenando-as numa hierarquia e analisando-as uma a uma. Estas mudanças fizeram com que a paisagem aos poucos perdesse o senso estético e passasse a ser cada vez mais identificada com o conceito de natureza. Isto vai se confirmar com o desenvolvimento da cartografia moderna. O autor abre parênteses ao relacioná-la com técnicas territoriais e estratégias de ação, dando à paisagem um sentido estratégico-militar (Cauquelin, 1990).

Lacoste (1989), já apontava que o desenvolvimento de técnicas cartográficas obedecia a necessidades militares de reconhecimento do terreno. Chega a afirmar que foram os homens de guerra que primeiramente observaram e esboçaram objetivamente as paisagens, nas quais seriam travadas as batalhas (Lacoste apud Figueiró, 1997 p.47).

Aos poucos o conhecimento vai se transferindo da esfera militar para uma esfera social mais ampla, visando a intervenção no território. A criação da escola Politécnica Francesa em 1795 contribuiu muito com isto.

2.1. A ESCOLA FRANCESA E ESCOLA ALEMÃ

No século XIX, a França apresentava a arte separada da ciência, formando duas idéias básicas de paisagem: uma primeira, que considerava a Paisagem-natureza, numa perspectiva científica e economicista burguesa; e uma segunda, com o simbolismo estético, ligado a emergência de uma sensibilidade artística.

Na Alemanha, onde esta separação entre arte e ciência não aconteceu, gerou uma terceira concepção de paisagem, fortemente influenciada pelos ideais do romantismo. A idéia de paisagem enquanto totalidade, a Naturphilosophie, uma visão holística integradora, que não reconhece divisões entre arte, ciência, religião, público e privado. Para Figueiró (1997, p.50), o romantismo na Alemanha é que resgatou o subjetivismo e a unidade perdida entre o homem e a natureza, o que vinha de encontro à necessidade de estruturação de uma perspectiva mais global na análise da paisagem.

Na Geografia é com Humboldt que o estudo e a noção de paisagem se difundem. Por ter vivido entre a intelectualidade artística e literária, este pensador já considerava que o caráter fundamental de uma paisagem deriva da simultaneidade de idéias e sentimentos que são suscitados no observador e ainda acrescentava que o poder da natureza se manifesta na conexão de impressões, e na unidade de emoções e sentimentos que se produzem neste observador.

Por ter estudado muitos anos na França, Humboldt tentou conciliar as duas concepções metodológicas distintas que, o levou a transitar entre as idéias do conhecimento ilustrado francês e a visão totalizadora e do senso estético do romantismo alemão. Entretanto, possivelmente pelas influências de Goethe, adota uma especial predileção pela observação da paisagem e sua morfologia, destacando o papel da vegetação e assumindo assim, um caráter fortemente naturalizante, (FIGUEIRÓ, 1997, p.51).

Oscar Schlüter, seguidor de Humboldt, se mostrou muito mais influenciado pela visão germânica de paisagem, entendendo esta como uma totalidade, onde se integram os elementos da natureza e os elementos da cultura. As idéias deste autor influenciarão fortemente a escola humanística décadas mais tarde.

Em 1919, Sigfrid Passarge lança os "Fundamentos da ciência da paisagem", onde hierarquiza a paisagem em várias escalas: pequenos espaços, regiões, grandes regiões mundiais, não definindo claramente

as grandezas e as diferenças entre elas. O interesse pelo estudo da paisagem é aumentado a ponto de ter uma seção específica no Congresso Internacional Geográfico em Varsóvia (1934) e Amsterdã (1938).

Apesar de Schlüter, já falar em elementos da cultura, só com Karl Troll toma consistência o conceito de Paisagem cultural, com uma nova via metodológica, a "análise temporal", que reforça a idéia de totalidade e oferece um modelo teórico mais próximo da realidade. A natureza e a cultura, integradas na maioria dos objetos geográficos. Define ecótopo, a menor parcela de uma paisagem. Troll classifica, hierarquiza e entende a paisagem como "unidade orgânica", um prenúncio da idéia de geossistema.

Carl Sauer, e sua obra "A morfologia da paisagem" de 1925, confirma que esta é natural e cultural ao mesmo tempo, acentuando o papel do subjetivo em sua interpretação.

As idéias de Troll deram origem a Geoecologia e a Ecologia da paisagem desenvolvida na Alemanha, que consiste na análise funcional do conteúdo paisagístico, os organismos vivos, seus ambientes, suas inter-relações, e a importância do fenômeno antrópico. Na década de 70, a Teoria ecológica da paisagem inclui a influência dos fatores sócio-econômicos.

2.2. A ESCOLA SOVIÉTICA

No final do século passado, as idéias darwinistas começam a influenciar os biólogos soviéticos. Dokuchaev, contemporâneo de Passarge, elabora o conceito de Complexo Territorial Natural (CNT), que já incorporava e superava o conceito ecossistêmico que iria se desenvolver 30 anos mais tarde. Krasnov, influenciado por este conceito, elabora o conceito de paisagem natural, o que desencadearia na formulação de idéias geossistêmicas no séc. XX.

2.3. A PROPOSTA AUSTRALIANA

A proposta Australiana, que surge com a necessidade de reconhecimento e tomada de posse de uma vasta área ao norte do país na década de 40, vai marcar o início da abordagem sistêmica da paisagem. Para Tricart (1979), apesar desta proposta ter um caráter de inventário estatístico, ela apresenta no plano teórico, uma postura de análise integrada dos elementos da paisagem.

Apesar da contribuição da proposta australiana, é a escola soviética com Sotchava em 1963, que institui a sistematização de um modelo integrado de análise da paisagem, o "Geossistema". A teoria geral dos sistemas surge nos E.U.A com Defay em 1929 e tem suas primeiras aplicações na década de 30 com Bertalanffy nos campos da Termodinâmica e da Biologia. A abordagem geossistêmica de Sotchava, assim como a proposta australiana com referência à Austrália, se mostrava com objetivos pragmáticos, pois visava o conhecimento e a incorporação de novas terras ao sistema produtivo da União Soviética.

Com Bertrand na década de 70, o conceito geossistêmico ganha mais consistência, atribuindo uma nova interpretação ao conceito de paisagem, este autor ultrapassa os estágios da descrição e da classificação, é menos pragmático que Sotchava, e elabora uma sistematização global dos elementos da paisagem e seus atributos. É necessário salientar que a aplicação da teoria geossistêmica em diferentes países gerou uma imensa polissemia teórica e conceitual reconhecida pelo próprio Bertrand.

3. MÉTODOS DE ABORDAGEM DA PAISAGEM

Tendo em vista a multiplicidade de interrogações e debates, a metodologia da paisagem vem sendo mais bem organizada, em razão de uma grande combinação de técnicas aplicadas em algumas práticas que vão desde a análise de suporte material àquelas de julgamentos de valor,

Os procedimentos empregados representam simplesmente a transferência para a pesquisa paisagística de métodos propostos e utilizados no domínio das ciências naturais. Na realidade não se encontra uma metodologia verdadeiramente constituída, que tenha sido elaborada no uso deste objeto de pesquisa específico a paisagem, o esforço da reflexão teórica não tem avançado muito também nesta matéria.

A *Landschaftovedenie* (ciência da paisagem-Ex-URSS) parece dissipar esta carência, mas ao preço da redução das pesquisas a um único campo físico-geográfico, com os estudos do C.N.T. (Complexo Natural Territorial) ou dos geossistemas, este último, permite uma certa normalização metodológica.

Nos meios geográficos franceses, ao contrário, de colóquio em colóquio, e de publicação em publicação depois de 20 anos, se encontra a mesma constância de carência metodológica, seguida pelo desejo pouco realista de encontrar uma fórmula analítica única, apta a apreender a ambivalência da paisagem.

Na Grã-Bretanha, a experiência dos limites inerentes aos diversos métodos de abordagem testados no gerenciamento paisagístico, do qualitativo e quantitativo, leva à conclusão que a solução consiste em utilizar simultaneamente vários métodos.

Um tal pragmatismo reúne a preocupação de respeitar o "pluralismo" do fenômeno paisagístico e responder aos desafios que ele coloca.

A seguir são apresentados três métodos principais de abordagem dentro da perspectiva paisagística, conforme proposta apresentada por Rougerie e Beroutachachvili (1991).

3.1. OS MÉTODOS NO ÂMBITO DA PAISAGEM-OBJETO

Os modos de abordagem deste fenômeno se distribuem entre três grandes tipos: dois deles se situam em relação à paisagem, sendo objeto ou sujeito, sendo um de ordem cognitiva e o outro de ordem afetiva e o terceiro de ordem mais integradora.

3.1.1. ANÁLISE “FÍSICO-GEOGRÁFICA”, NA LANDSCHAFTOVEDENIE

As pesquisas se articulam, em geral, em torno de um modelo de referência termodinâmica; os procedimentos consistem em estudos no espaço e no tempo, as diferenciações e as variações dos elementos constituintes do complexo Geossistêmico, e o raciocínio e eventualmente as observações ao nível dos maiores conjuntos territoriais. Organizam-se em torno do conceito paisagístico fundado sobre o “Complexo Natural Territorial” –C.N.T.

A este respeito, a escolha é de reter somente a proximidade material da paisagem, rigorosamente objetiva, e as informações recolhidas e tratadas são exclusivamente físicas e bióticas. Nas etapas posteriores, depois de modelizações, o interesse poderá se alargar ao assunto incluindo o homem e suas atividades- a racionalização da criação de animais, por exemplo, ou o controle do ambiente- mas a atividade conserva a análise do meio como ponto de partida, jamais aquele do âmbito subjetivo das representações mentais.

Mais precisamente, na concepção atual, este Complexo (C.N.T) constitui a parte do meio ambiente que é totalmente alheio ao homem combinado com os impactos da utilização antrópica, formando um geossistema, o qual percebido e interiorizado pelo homem, determina uma paisagem. O C.N.T. se decompõe ele mesmo em um geoma, unidade físico-química, e uma biocenose, unidade biótica; é sobre uma ou outras dessas entidades que se assenta a análise.

A C.N.T. é pois a unidade de base da pesquisa. Sistema Geográfico homogêneo ligado a um território, se caracteriza por sua estrutura horizontal e vertical, por seu funcionamento e seu comportamento. Em conformidade com a abordagem termodinâmica, seu estudo, repousa sobre uma unidade de medida designada como “geomassa”.

No quadro da Geografia Física, que domina a Ciência da Paisagem na ex-URSS, a maior parte das pesquisas demandam por estações experimentais de campo, principalmente nas Universidades

3.1.2. ANÁLISES PAISAGÍSTICAS DE INSPIRAÇÃO NATURALISTA

Os métodos de investigação desta tendência respondem dificilmente à complexidade que implica sua conceitualização em forma de sistema, vários autores reconhecem a característica fragmentada ou ao menos, incompleta dos resultados obtidos até hoje. Exemplo: Diagnóstico fito-ecológico e gerenciamento do território e Ecologia da Paisagem.

Ao longo do tempo, os métodos utilizados, variaram, segundo os casos estudados, da estação experimental ao transecto e ao território, do qualitativo e quantitativo, da cartografia ao código numerado e apesar da experiência de cerca de 20 anos, somente depois de 1985 a paisagem é designada como campo de pesquisa onde os aplicar.

A CEPE (Centro de estudos fitossociológicos e ecológicos do C.N.R.S), se apóia sobre duas noções que são tradicionais nos seus trabalhos: a distinção do nível de integração e de percepção de sistemas e de territórios, a pesquisa de um diagnóstico ecológico. É concebida para se aplicar de preferência ao nível de biocenoses ou aquela de “paisagem” (considerada aqui como um conjunto de ecossistemas); o diagnóstico ecológico que é sua finalidade resulta do estudo de uma rede de situações estabelecidas depois de um plano de preparação de amostras, do tipo geralmente estratificado, que faz ligação a uma fase de reconhecimento. Isto, associado à prospecção de terreno com a foto-Interpretação, tende a uma cartografia das unidades de ocupação do solo sobre os quais é efetuada a escolha dos estratos de preparação. O funcionamento dos sistemas ecológicos, implica nos procedimentos para medidas habituais de biomassa, fluxos energéticos, hídricos e biogeoquímicos, necessitando da utilização de estações-testes. Um dos pontos fracos das pesquisas ecológicas em matéria paisagística: a maior

parte se apóia, unicamente sobre a vegetação, excepcionalmente, no outro extremo, sobre a fauna.

3.2. OS MÉTODOS, NO ÂMBITO DA PAISAGEM PERCEBIDA

A recentragem antropocêntrica é manifestada pelo emprego freqüente da noção de avaliação nas abordagens do meio ambiente, mas este uso não reflete, geralmente, nem ao emocional nem ao afetivo. De um lado, o objeto desta preocupação da avaliação permanece freqüentemente constituído pelo único suporte material: como nos princípios e métodos de uma avaliação tecnológica dos complexos naturais, publicados em 1973 em Moscou, do mesmo modo que, a avaliação das unidades naturais, neste quadro da "cartografia da avaliação biológica da Bélgica" entre 1978 e 1985. De outro lado, mesmo enquanto as características visuais da paisagem e os graus de sua apreciação constituam o tema central da pesquisa, as técnicas utilizadas buscam mais freqüentemente se cercar do máximo de garantias de objetividade. Raros são os passos que privilegiam a abordagem emocional do meio ambiente.

3.2.1. A PESQUISA DE TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO SENSORIAL

Alguns métodos normativos haviam marcado a América, ao redor dos anos 60, nas primeiras tentativas de apreciação objetiva da maneira cujo observador percebe seu ambiente. As técnicas aplicadas por K. Lynch às paisagens urbanas combinavam os sumários de índices visuais com as enquetes sobre o comportamento espacial de seus habitantes. O primeiro vai na direção da análise puramente descritiva da realidade: um desconto dos elementos estruturais de uma paisagem urbana. O segundo permite conhecer aqueles que estariam distinguidos, utilizados como marcadores, valorizados, retidos nas representações mentais das pessoas vivendo neste ambiente.

Isto por meio de compatibilização de indicadores visuais quantitativos baseados em um grande número de métodos visando à avaliação sensorial da paisagem sobretudo nos países anglo-saxônicos.

A Grã-Bretanha reconhece várias dezenas de métodos de avaliação da paisagem. estatísticos ou mais simplesmente aritméticos, estes diversos métodos analíticos e quantitativos apresentam, um ou outro, pelo menos duas deficiências maiores. De um lado, eles omitem, substimam ou confundem os fenômenos de ordem verdadeiramente sensível. De outro lado, faz uso da rigidez de protocolos de anotações, condensam os valores de certos componentes da paisagem que poderiam evoluir com o tempo, as estações, a claridade. Estes métodos, como a grande maioria das pesquisas britânicas efetuadas no quadro da Contryside Commission, são praticadas em laboratórios, sobretudo com cartas e fotografias aéreas muito mais do que no campo.

3.2.2. AS ABORDAGENS DOS PAISAGISTAS

Ao inverso das metodologias descritas anteriormente o modo de ver dos paisagistas não se propõem avaliar o valor estético ou ecológico destas, mas, mais freqüentemente, imaginar os benefícios sobretudo de ordem plástica que podem ter os instrumentos arquitetônicos e de gerenciamento, pois o paisagista apresentou-se pelos documentos da Escola Nacional de paisagem de Versalhes como "ao mesmo tempo 'receptor', mestre de obra e mediador, adaptando o ambiente ao homem, integrando o homem em uma natureza respeitada, necessariamente plástica", (ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991, p.203).

Nestas condições, o inventário e a quantificação dos elementos constitutivos de uma paisagem ou de uma unidade paisagística não são necessárias e a base do método consiste em uma "descrição sensível" do ambiente.

Tudo se passa como se, na maioria dos paisagistas na França ao menos, sua vocação era de criar "espaços" e de velar sobre as relações espaciais, à luz de sua própria sensibilidade ou daquela que atribuiu aos

utilizadores de suas operações. Há aqui a impressão evidente de uma história pedagógica e profissional próximo dos meios de arquitetura e, apesar da abertura aos problemas ecológicos recentemente ocorridos, este estado de coisas retumba ao mesmo tempo, sobre este de uma paisagem retida como traços dignos de atenção e sobre as técnicas utilizadas, ou estágios de análise como aquela das previsões.

A este respeito, a apreensão em proveito das ligações visuais, de ordem geométrica e cromática, permanece ainda na base da abordagem paisagística. Aquela que se liga ao estudo dos 'sítios' é muito representativa desta maneira de ver. A própria expressão e a noção de "integração ao sítio", que recupera sua finalidade profunda, revela bem o parentesco de espírito desta corrente paisagística com a arquitetura. E sua problemática ainda que as técnicas de análise empregadas ofereçam uma esquematização muito clara dos grandes princípios que sustentam as diversas pesquisas paisagísticas que conduzem sobre o espaço um julgamento de natureza plástica.

O estudo dos sítios, pensa poder encontrar a manifestação das relações que depende desta coerência nos eixos, figuras ou virtuais, que se pode revelar entre seus componentes consideradas como linhas de força da paisagem, ao mesmo tempo em que lugares especialmente sensíveis no espaço, os eixos, fazem com que o objeto tenha uma atenção privilegiada na análise dos sítios. Outros temas habituais, a noção de convergência dos eixos e aquele de equilíbrio, de onde provem por uma boa parte o critério de paisagem de "estrutura forte" ou de "estrutura fraca", que é uma das chaves da abordagem do estudo dos sítios.

3.3. OS MÉTODOS E TENDÊNCIAS SINÓTICAS

Duas grandes estratégias abordam pois o estudo da paisagem, sob dois ângulos estreitamente opostos. Entretanto, as posições são raramente radicais entre as correntes ou cada uma delas. As pesquisas físico-geográficas da *Landschaftvedenie*, elas mesmas, se mesclam por vezes hoje de preocupações "geoqualimétrica", muito mais longe

que os geossistemas e os CNT; estas dos ecólogos e dos fitossociólogos interessados na paisagem se abrem cada vez mais para levar em conta as relações do homem com este. Do mesmo modo as condutas puramente reduzidas às normas de avaliação sensorial, ou entregues à simples sensibilidade plástica, cedem lugar, cada vez mais hoje, a métodos cujas certas rubricas levam em consideração alguns fatos da ecologia ou fatos da sociedade.

O paisagismo ordenamento, na França em particular está frequentemente diversificado em vários ramos os quais alguns usam de métodos de trabalho que são muito próximos daqueles que buscam apreender a paisagem na complexidade de sua essência.

3.3.1. INTEGRAÇÕES GEOGRÁFICAS E NATURALISTAS

Pesquisas nesta tendência, visam estabelecer um 'diagnóstico' combinando proposições de reestruturação de atividades regionais. O caminho adotado consiste em abordar a paisagem seguindo dois caminhos: de um lado, a interpretação de imagens que exprimem estruturas e funcionamento de diversas organizações e de outro lado, a 'compreensão da produção social dessas imagens' (DONADIEU apud ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991, p. 209).

Os critérios adotados são de uma variedade considerável, tocando a geomorfologia, a vegetação, a fauna, a história e a arqueologia, a arquitetura, a florestal, a agronomia. A exploração tem em mente, de um lado, o inventário de fatos que concernem à estruturação topográfica ou hidrográfica, o arranjo espacial de unidades de vegetação naturais ou artificiais, os testemunhos de atividade ou de antiguidade, a atividade cultural atual ou passada os comportamentos sócio-econômicos e, de outro lado, leva em consideração as características que dependem de análise sensorial - eixos, conexões ou contrastes visuais, legibilidade, sensibilidade visual, por exemplo. Permite definir algumas entidades paisagísticas cujos elementos podem fazer o objeto de expressões gráficas.

Paralelamente a análise das paisagens, é conduzida por informações ágeis de ordem sócio-econômica e tocando as políticas locais de desenvolvimento e de ligação com o meio ambiente.

Trata-se pois de um método tipicamente qualitativo, aliando a flexibilidade de execução ao desejo de quase tudo apreender de um dado espaço, e que não é se bem lembrado alguns dos modos dos geógrafos ou dos naturalistas tradicionais. No mesmo sentido, o fato de envolver somente um grupo monodisciplinar de pesquisadores traduz a intenção de considerar o paisagista de ordenamento como um generalista.

3.3.2. INFORMAÇÃO E SEMIÓTICA

As diversas abordagens que buscam apreender a paisagem de maneira integrada se apóiam, por mais que sejam as técnicas utilizadas sobre a marcação de índices visuais diretamente perceptíveis e de fenômenos de ordem social, econômica ou cultural, na busca de estabelecer as relações que ligam uns aos outros. Parece lógico que um certo número de geógrafos tenham encontrado nesta atitude algum parentesco com as práticas clássicas da investigação das paisagens e que o cuidado de conferir a estes um maior porte científico tem colocado o problema de os organizar segundo uma semiologia.

No meio disso se estaria aumentando a preocupação de compreender, em vez da interpretação estratégica dessas informações, a outra forma de ligação à paisagem: a maneira como esta é percebida e vivida, a conotação em vez da denotação, isto é, as duas abordagens que permitem alcançar plenamente o sentido, o verdadeiro significado de uma informação.

Alguns debates dividiram os geógrafos na França notadamente, sobre a validade de uma eventual semiologia da paisagem, sobretudo no começo dos anos 70. A censura usual concerne à impossibilidade de assimilar a uma mensagem a informação trazida por uma paisagem, já que esta última não é um emissor que comunique intencionalmente, se apoiaria neste da pertinência dos sinais diretamente perceptíveis, pois não experimenta a totalidade deste que estabelece a organização e a idéia paisagística. Em consequência, os significativos que se pode detectar em uma paisagem são somente, um 'reflexo incompleto' do conjunto de significados.

Tem-se consciência, em todo caso, de noções que poderiam servir aos elaboradores. Antes de tudo, a consciência que os sinais da paisagem são ambivalentes, de um lado, eles assinalam a denotação; eles podem exprimir alguns elementos da estrutura do sistema, a partir de seu funcionamento e eles assinalam também a conotação, da representação paisagística que faz o observador; de outro lado, estes sinais se remetem aos elementos presentes que percebe este observador, remete também às forças exteriores da paisagem que influenciaram a organização.

Uma análise paisagística de caráter semiológico deve pois se colocar ao mesmo tempo, no nível do 'emissor' e daquele do 'receptor', sem omitir os utilizadores. Uma verdadeira semiologia da paisagem deve permitir 'fazer a junção entre as abordagens funcionais tradicionais e os procedimentos físico-analíticos, mas sua colocação em prática apóia-se sobre o fato que neste domínio 'a ligação do significante ao significado não é unívoca' e que cada leitor não encontrará o mesmo significado ante um significante dado.

Encontra-se aqui a polissemia da paisagem e a questão de intencionalidade. E se impõe mais uma vez, a necessidade de conceber e utilizar várias matrizes analíticas nas pesquisas paisagísticas, ainda que esta aceite que 'o acesso aos significados, seja somente de natureza probabilística'.

3.3.3. APORTES E LIMITES DA TELEDETECÇÃO

Experimentais, intuitivos, empíricos, semiológicos ou reanimados pelos ensinamentos da teoria da informação, as abordagens do meio, do geossistema ou da paisagem constituem inteiramente em decodificar os sinais ou, ao menos, os índices que exprimem o meio ambiente observado. Seria lógico utilizar, a decodificação dos sinais que compõem as imagens gráficas da Terra.

O geógrafo intervém, em princípio, em um 3º nível, com o aval do trabalho dos especialistas; na realidade deve frequentemente se associar às pesquisas temáticas, senão as praticar ele mesmo. De um

maneira geral, os métodos de interpretação de documentos de satélites que concernem mais especificamente aos geógrafos interessados no meio ou nas paisagens se dividem entre duas grandes rubricas: 1. a classificação automática, depois dos dados digitais, e 2. a interpretação visual propriamente dita. Esta interpretação é ela mesma praticada seguindo dois tipos de procedimentos tornados clássicos: a análise não supervisionada (ou não assistida) e a análise supervisionada (ou pré-assistida, co-assistida).

Este segundo método é utilizado mais habitualmente pelos geógrafos: consiste em buscar se os fenômenos que se conhece no campo são discerníveis nas diferenciações da imagem. Esquemáticamente, o conhecimento prévio o qual permite a escolha de variáveis, uma fase de inicialização, e o estabelecimento de zonas testes para cada um daqueles se indica, sinaliza, sobre as informações orbitais, os sinais correspondentes.

Para os geógrafos, a utilização da teledeteção está muito expressamente ligada com a paisagem. Por isso, se justifica o recurso que se pode ter neste tipo de teledeteção em matéria de análise da paisagem. Mas aqui se manifesta também seu limite. Os documentos fornecidos pelos satélites são importantes auxiliares para sua colocação em prática, visto como apoio de uma pesquisa paisagística. Eles não são de maneira alguma a paisagem por ela mesma; eles fornecem uma visão exterior, de conjunto, global, mas ao mesmo tempo, reduzida.

4. GEOSISTEMA: UM MODELO INTEGRADO DA PAISAGEM

Diferente do que imaginam muitos autores, o paradigma geossistêmico não surgiu de forma paralela na França e na ex-URSS, mas é fruto de uma necessidade que vinha sendo colocada desde o fim do século XIX, mas que só se concretizou no início da década de 70.

Coube a Sotchava, 1963, o mérito da sistematização deste modelo integrado de análise da paisagem denominando-o GEOSISTEMA. Em 1967 o termo foi introduzido em inglês por Strahler

e em 1969 em alemão por Reef, (Passos, 1988, p.67). Apesar do caráter pioneiro de Sotchava, foi a partir dos trabalhos de Bertrand (1972) que o conceito geossistêmico ganhou mais consistência, atribuindo uma nova interpretação ao conceito de paisagem.

Segundo Figueiró (1997, p.65), geossistema "é uma determinada porção da superfície terrestre, caracterizada por uma relativa homogeneidade da sua estrutura, fluxos e relações, em comparação às áreas circundantes". Em termos espaciais o geossistema se trata de uma unidade dimensional que abarca alguns quilômetros quadrados e incluem centenas de quilômetros quadrados.

Para Bertrand, o Geossistema seria constituído por três conjuntos diferentes: o sistema geomorfogenético (potencial ecológico), a dinâmica biológica e sistema de exploração antrópica.

Analisada dentro de uma visão sistêmica, Figueiró (1997, p. 69) demonstra que a paisagem (ou o seu modelo teórico, o geossistema) apresenta quatro características principais de organização:

1º. Caráter multivariável: no caso do geossistema apresenta um número de variáveis das mais elevadas em função da complexidade do conteúdo paisagístico, há pois a necessidade de se estabelecer uma seleção dentre estas.

2º. Caráter Global de totalidade: nunca um sistema será simplesmente a soma dos seus elementos, o sistema é um todo não redutível a suas partes. "O todo é mais que uma forma global: ele implica o aparecimento de qualidades emergentes as quais não existiam nas partes" (BRANCO apud FIGUEIRÓ, 1997 p.71).

3º. Estruturação por níveis: considera-se a existência de diferentes sistemas hierarquicamente inseridos uns nos outros, formando uma cadeia taxonômica desde as menores unidades, indivisíveis, até a maior de todas, ou seja, o conjunto global da superfície da Terra. As classes hierárquicas propostas por Bertrand (1972, p.21), são as maiores: zona, domínio, região natural; e as menores: geossistema, geofácies e geótopos.

4º. Dinâmica própria: cada geossistema desenvolve uma dinâmica interna própria. Os geossistemas são classificados em

geossistema em biostasia, recobertos de densa vegetação, nos quais, ao estar a litologia descoberta, predomina a morfogênese, contrária a edafogênese e à colonização vegetal, e geossistema em resistasia, em que a morfogênese corresponde, então à própria do clima e do ambiente associado a um determinado tipo de forma e de vegetação, naturalmente pobre (PASSOS, 1998, p.70).

A partir da dinâmica do geossistema dois conceitos assumem importância: o funcionamento (permite a identificação do estado atual em que se encontra o mesmo) e o comportamento (refere-se à sucessão de diferentes estados em um período de tempo).

Para muitos autores, o geossistema, enquanto conceito teórico, incorpora e ultrapassa a noção de ecossistema, colocando-se como o paradigma mais atual para a espacialização da problemática ambiental, (FIGUEIRÓ, 1997, p.78). O Geossistema representa o modelo da paisagem, o ecossistema corresponde ao sistema modelo da parte biótica do geossistema e, portanto, sem expressão territorial e com aplicabilidade substancialmente menor. Pode-se até afirmar segundo o autor acima, que o conceito de geossistema corresponde a uma integração do conceito de ecossistema, dinâmico mas carente de espacialização, e de paisagem, com caráter espacial mas carente de dinamismo.

5. PAISAGEM: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA?

O conceito de paisagem não é exclusividade da Geografia, sendo também utilizado por outras áreas do conhecimento tais como a Arquitetura, o Urbanismo, as Artes Plásticas, a Comunicação Social, o Turismo, etc. Entretanto, pelo fato da Geografia “procurar definir seu campo de estudo nos aspectos e fenômenos que concorrem para modelar, organizar e modificar materialmente o espaço” (CAVALCANTI, 1998,

p.96-97), a paisagem torna-se a expressão e forma desse espaço, ou seja, sua manifestação visível, concebida e percebida.

Na Geografia, a paisagem enquanto categoria de análise tem conotações diferentes que respondem à tradicional dicotomia Geografia Física versus Geografia Humana. Assim, buscando uma provocação conceitual lançamos nossa indagação inicial: paisagem – uma categoria de análise da Geografia? Nossa intenção neste momento não é responder essa questão, mas apresentar elementos para pensar a paisagem dentro de uma Geografia única que integra os dois grandes campos de ação: o Físico e o Humano.

Uma das duas vias de abordagem do fenômeno paisagem refere-se “aquela que, nas relações do homem com seu meio, privilegia a subjetividade; e, em segundo lugar, a lição de que esta subjetividade se exprime de maneiras diferentes, segundo os tempos e as áreas culturais” (PASSOS, 1998, p.28-29).

A paisagem ocupou e ocupa um lugar todo particular na análise geográfica, dividindo a atenção de geógrafos “físicos e humanos”. “Nós diríamos com prazer que toda a Geografia está na análise das paisagens” (SORRE, 1913) ou que “o conteúdo visível da paisagem determina o conteúdo da Geografia Moderna” (TROLL, 1928).

Com a Geografia da Percepção, a paisagem foi duramente criticada devido ao olhar subjetivo e plural, pois a “realidade paisagística é percebida por observadores de um lugar, de um tempo, de uma cultura e ela é objeto de uma apresentação que é uma representação” (ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991).

E considerando as palavras de Brunet (1974) “não há olhar objetivo sobre um objeto tão complexo como a paisagem”, a paisagem não existe em si, ela é um olhar particular sobre um fragmento da realidade geográfica, uma invenção histórica e cultural (ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991).

No contexto histórico-social a paisagem é abordada nas artes gráficas, na arte dos jardins, nas pinturas e na literatura de forma muito superficial, e só vai ser um termo muito utilizado na Geografia a partir do século XIX concebida como “conjunto de ‘formas’ que caracterizam

um setor determinado da superfície terrestre” e introduzida na Geografia por Hommeyerem sob a forma alemã de *landschaft* (PASSOS, 1998, p.30).

Rodríguez (1998), enfatiza que a Ciência da Paisagem tem seus antecedentes no século XIX nos trabalhos de Humboldt e Dokuchaev, constituindo-se os elementos básicos da vertente física da paisagem com a Geografia russa e alemã. Na primeira metade do século XX, continuaram os geógrafos europeus e norte-americanos com a ciência da paisagem como disciplina natural, ao mesmo tempo em que, forjaram as bases para uma visão sócio-cultural e psicológica da paisagem, e uma interpretação estética e cênica da paisagem. A tendência na Ciência da Paisagem é um caráter interdisciplinar da

paisagem como um sistema que inclui ao menos três níveis: o geocossistema, o sóciosistema e o sistema cultural. É conceber a paisagem como um sistema ambiental que permite articular noções diversas, perceber a totalidade dialética: entender a posição e o papel dos seres vivos, e do homem num binômio inseparável sociedade-natureza; analisar a paisagem como uma realidade, como uma conexão de estruturas e função; como um contínuo espaço-temporal (RODRIGUÉZ, 1998, p.1).

Segundo Rodríguez (1998, p.02), anos de estudos e investigação da paisagem têm servido para formar uma teoria coerente, um embasamento metodológico, um conjunto de técnicas e procedimentos que servem cada vez mais aos tomadores de decisões, aos formadores de políticas e aos planejadores e, que a teoria e a ciência da paisagem representam o ponto de partida básico para a construção do novo paradigma holístico-ambiental.

5.1. A PAISAGEM NA GEOGRAFIA

Durante a Geografia Tradicional, por permitir a observação dos aspectos visíveis dos fatos, fenômenos e acontecimentos geográficos, a paisagem

era considerada a melhor expressão do relacionamento entre o homem e o meio, caracterizando as diferenças entre as áreas, [...] servia como foco de análise tanto para quem defendia ser a Geografia uma ciência em busca da individualidade dos lugares (regional) quanto quem buscava leis e regularidades em diferentes lugares (geral), [...] a pesquisa geográfica se ocuparia em descrever a natureza visível e os traços objetivos dos lugares. A veracidade da explicação geográfica estaria centrada na capacidade do próprio observador ao descrever o mais objetivamente possível a paisagem observada (CAVALCANTI, 1998, p.97).

A Nova Geografia (teorético-quantitativa) impôs limites ao uso da paisagem enquanto paradigma da Geografia, pois a “noção de paisagem tornou-se insatisfatória sendo substituída pela noção de sistema espacial ou organização espacial, compreendendo a estrutura dos elementos e os processos que respondem pelo funcionamento de qualquer espaço organizado” (CHRISTOFOLETTI, 1982, p.81). A descrição da paisagem foi superada pela abordagem estrutural e pelos processos responsáveis por um sistema espacial que culminasse na análise geográfica.

A paisagem reaparece com a Geografia Física e a Geografia da Percepção, oscilando entre a objetividade e a subjetividade, sendo interpretada como “um sistema real cujos elementos e interações são o que são, com independência da percepção ou do significado que lhes dêem as pessoas carentes do distanciamento e dos instrumentos teóricos adequados para um conhecimento objetivo” (MENDOZA et alii, 1988, p. 132).

Na ótica da Percepção, a paisagem é constituída por signos resultantes de uma composição mental selecionada e organizada subjetivamente com base na informação emitida pelo entorno. E estando sob o domínio do visível, a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão que pode ser enriquecido no momento que a análise ultrapassar o aspecto percebido e alcançar o significado real (CAVALCANTI, 1998, p. 98).

Na Geografia Atual, a paisagem se apresenta “como uma noção e um conceito enfraquecido, oscilando entre objetividade e subjetividade, sua apreensão e sua utilização não têm se apoiado sobre um corpo de doutrina e muito menos se utilizado de metodologias elaboradas” (PASSOS, 1998, p.43).

No Mundo Ocidental, a paisagem dos geógrafos não passa de uma disciplina literária e uma abordagem descritiva. Na Alemanha, com todo destaque de outrora, a paisagem não se impõe como objeto de pesquisa. No Leste Europeu a paisagem afirma-se na sua história geográfica abandonando a perspectiva subjetiva. Na França, Bélgica e Grã-Bretanha a paisagem nem se constitui como disciplina. E só é mantida a utilização da noção de paisagem da corrente naturalista – *landschaften*, geo-ecologia de Troll ou da geossinética geral de Schimithusen e os geossistemas da ciência soviética da paisagem, na Europa Central e Oriental, da Alemanha à ex-URSS (PASSOS, 1998, p.44).

Uma corrente significativa da Geografia incluiu em seu próprio esquema teórico-metodológico o conceito de paisagem, com a expressão total do objeto básico de seu estudo, com a pretensão de valorizar o fundamental e, portanto, de unificá-la com a Geografia e, ainda, de torná-la aplicável, de modo a projetá-la como uma ciência prática: a escola alemã de Troll (*Landschaft*); a soviética, preocupada com uma análise sistemática da paisagem para sua melhor ordenação; a anglo-saxônica, que a estrutura a partir das técnicas quantitativas; e a francesa, com Bertrand como impulsor, que a classifica em função da taxonomia e da dinâmica (Passos, 1998, p.44).

Algumas concepções de paisagem no campo da Geografia Física: “geossistema é o sistema modelo da paisagem” (DONISA, 1979); “a paisagem é, desde a origem um produto socializado” (Bertrand, 1978). Portanto, “na definição de paisagem fica claro a existência de três elementos fundamentais: a) as características do geossistema que as definem; b) o tamanho referido a uma escala espacial e; c) o período de tempo considerado na escala temporal” (Passos, 1998, p.45).

Contudo, podemos definir duas correntes de pesquisa cujos métodos e sobretudo finalidades são diferentes:

1ª - define a paisagem como um espaço subjetivo, sentido e vivido. É a via escolhida pelos arquitetos, psicólogos, sociólogos e alguns geógrafos; 2ª - considera a paisagem em si mesmo e para ela mesma, numa perspectiva essencialmente ecológica. Esta via de pesquisa situa-se na confluência da Geografia e da Ecologia; combina as tentativas globais e setoriais, qualitativas e quantitativas e apóia-se sobre as cartografias integradas com diferentes escalas“(1:50.000 a 1:200.000). A idéia de paisagem toma corpo, pouco a pouco, a partir das artes gráficas e daquelas de jardins; com a domesticação do quadro próximo da vida humana e, depois, com a exploração de seus quadros exóticos, ela ganhou as Ciências da Natureza (PASSOS, 1998, p.46).

Para Rougerie e Beroutchachvili (1991) a ‘Geografia Humanista’ apresenta uma total inversão de ótica na maneira de conceber e de abordar a paisagem em relação aos meios da ‘Geografia Física’. Além dos sistemas quase que puramente físicos (geossistemas), as pesquisas paisagísticas analisam subjetivamente os fatos e as relações da sociedade materializadas numa dada paisagem.

Na perspectiva da Geografia Crítica, a paisagem aparece “como ponto de partida para aproximação de seu objeto de estudo que é o espaço geográfico, contendo ao mesmo tempo uma dimensão objetiva e uma subjetiva” (CAVALCANTI, 1998, p.98). Assim sendo, “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é paisagem, o domínio do visível, aquilo que a vista abarca, [...] volume, cores, movimentos, odores, sons, etc” (SANTOS, 1988, p.61).

Santos (1988) conceitua paisagem como a materialização de um instante da sociedade, ao passo que o espaço geográfico contém seu movimento, ambos constituindo-se num par dialético. A paisagem reflete o movimento das forças produtivas sendo sempre heterogênea; é herança de tempos e momentos diferenciados; é a marca da história do trabalho humano (em larga escala) e da evolução natural no espaço geográfico (em escala menor).

Atualmente, no contexto da globalização, não é possível distinguir paisagem natural de paisagem cultural, pois a paisagem “é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério”(SANTOS, 1988, p.65).

No campo da Geografia Humana, a paisagem é abordada com ênfase em diversos aspectos, dentre eles podemos destacar a paisagem urbana e a paisagem cultural. Uma preocupação dos geógrafos é demonstrar como os homens distribuem-se espacialmente pelo território, como o exploram ou transformam e, de que forma a sociedade se caracteriza pela identidade territorial.

A cultura que interessa aos geógrafos abrange os conhecimentos através dos quais os homens mantêm suas relações com a natureza. Considerando que “a cultura é herança e resulta do jogo da comunicação, é em grande medida feita de palavras, articula-se no discurso e realiza-se na representação” (CLAVAL, 1999, p.13), pode-se afirmar que as paisagens retratam esse processo de apropriação da natureza pelos homens, ao mesmo tempo, que demonstram através da diversidade de paisagens as especificidades de cada lugar.

“A paisagem carrega a marca da cultura e serve-lhe de matriz: objeto privilegiado dos trabalhos de geografia cultural, sua interpretação é freqüentemente ambígua” (CLAVAL, 1999, p.14). Conforme enfatiza Sauer (1925), trata-se de um

organismo complexo, construído a partir de uma associação específica de formas e apreendido pela análise morfológica, seu conteúdo baseado na combinação de elementos materiais e de recursos naturais, disponíveis num lugar, incorporando as obras humanas produto dos grupos culturais que têm vivido nesse lugar (HERNÁNDEZ, 1997, p.14).

Hernández (1997, p.16), refere-se a paisagem como categoria de análise da Geografia, considerando-a como produto do desenvolvimento histórico-geográfico fruto de relações sociais de produção historicamente determinadas. Noutras palavras, a paisagem é

entendida como um sistema global articulado em suas partes físico-naturais, sócio-econômicos e culturais, que o compõem e dinamizam. Resulta da simbiose completa e simples das interrelações entre seus componentes - dos homens entre si e destes integrado a uma dada sociedade .

A paisagem surge então como uma categoria de análise geográfica com caráter integrador, a imagem paisagem visualizada constitui a síntese integradora da intervenção dos fatores físicos-naturais, sócio-econômicos e culturais, no tempo e nesse espaço determinado (HERNÁNDEZ, 1997, p.17).

Na paisagem fica a marca feita pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos, das atividades produtivas dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-se às suas necessidades. Assim, a paisagem constitui-se num documento-chave para compreender as culturas, sendo o único vestígio que subsiste freqüentemente para as sociedades do passado.

Portanto, as “paisagens falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar” (CLAVAL, 1999, p.15).

Segundo Claval (1999, p.313-314), o geógrafo deve ler as paisagens a partir de três parâmetros se quiser mensurar suas dimensões culturais. O primeiro é através da situação funcional que mostra o tipo de arquitetura da sociedade e sua correspondente divisão dos solos; o segundo que engloba as formas visíveis que remontam ao passado, ou seja, a paisagem como testemunho arqueológico; e em terceiro as paisagens concebidas sob o signo do utilitarismo, desenhadas por formas geométricas e com técnicas padronizadas que dão a mesma aparência ao lugar.

Os geógrafos quando lançarem seu olhar sobre a paisagem devem se lembrar que ela “nunca reflete, fielmente, todos os aspectos

de uma cultura”, sendo “na imensa maioria dos casos um produto não planejado da atividade humana”, pois “nenhuma concepção estética global presidiu sua elaboração, e a preocupação da beleza só pode se exprimir na escala das edificações, dos jardins ou dos parques, mas só em alguns casos é aparente” (CLAVAL, 1999, p.314-315). Nem tudo está visível na paisagem, especialmente quando se trata de considerá-la como resultante de diversos produtos sociais e históricos num cenário natural. Até mesmo as relações puramente físicas necessitam, para serem compreendidas, de uma contextualização espacial

Contudo, é fundamental na Geografia, resgatar as dimensões de ciência e de arte para compreender o conceito de paisagem em seus aspectos funcional e estético, considerando sua construção técnica e social, espaço-temporal na sociedade que a constitui.

5.2. REGIÃO E PAISAGEM

Leite (1994 p.30), conceitua paisagem como o reflexo circunstancial entre o homem e a natureza que é projetada a partir de uma elaboração filosófica e cultural, em contínua e incessante mutação, uma mistura de arte e ciência.

O conceito de paisagem para esta autora se difunde especialmente a partir do séc. XVIII, alimentado pelo espírito romântico e ligado ao mundo natural. A sua percepção contribuiu de modo significativo, na estruturação do cotidiano das sociedades humanas, no desenvolvimento de suas religiosidades, suas técnicas e sua economia.

Para Leite (1994, p.49-50), o desenvolvimento das cidades e do processo de urbanização trouxe a eminência de novas paisagens. A paisagem e região são entendidas como o resultado de ações simultaneamente sociais e espaciais, mas que se diferenciam: enquanto região é tida como um quadro arbitrário, definido com propósitos políticos, econômicos ou administrativos e ligada a noção de diferenciação de áreas, a paisagem também pode ser identificada a partir de relações econômicas, naturais... Porém seu processo de qualificação parte de critérios de enorme peso subjetivo ligados ao desenvolvimento cultural

da sociedade. O que passa a ser revelador é sua subjetividade e sua relatividade. Uma coisa em comum, tanto na paisagem como na região, é que estas são entidades espaciais que dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada sociedade.

Se compreendidas como portadores de funções sociais, não são produtos, mas processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes. A paisagem e a região são símbolos das práticas de apropriação do espaço e das relações de poder na sociedade. Práticas de apropriação como a delimitação, ocupação, expulsão, construção, transformação, etc..., que obedecem a mecanismos de mercado, decisões políticas ou procedimentos informais de controle social. Aqui o conceito de divisão do trabalho é inserido na análise. O aprofundamento do processo de divisão social do trabalho vai saltar de uma simples delimitação do espaço a uma organização específica da paisagem.

Leite afirma que a região passa a ser entendida como parte fundamental do processo de conferir valores ao território e aos elementos do espaço (homens, firmas, instituições, meio ecológico, infra-estruturas...). Essa relação se dá a partir da sociedade (critérios sociais, econômicos e culturais) e a partir do Estado (critérios políticos administrativos).

Segundo a autora, a paisagem é uma representação dessa realidade e dos elementos que a compõem, o que é representado decorre da interação entre sociedade-natureza e da interpretação individual ou coletiva dos processos de estruturação do território. A paisagem é composta de formas visíveis, duráveis que lhe conferem certa estabilidade temporal e pela trama parcialmente invisível da estrutura social. As formas visíveis podem dirigir as transformações sociais ou limitar as alternativas de organização do território, por outro lado, as modificações da estrutura social, criam novas necessidades, novas formas e redefinem os valores da paisagem visível (LEITE, 1994, p. 51).

5.3. DIFICULDADES CONCEITUAIS DA PAISAGEM

Rougerie e Beroutchachvili (1991) ao argumentarem sobre a problemática da paisagem admitem a polissemia do termo paisagem, indicando a hipertrofia da utilização do conceito e suas acepções redutoras como os defeitos mais comuns no seu emprego

No cotidiano, o uso da paisagem confunde-se com a natureza, especialmente nas campanhas publicitárias e turísticas e, com relação a isso, devemos lembrar que

a natureza não é a paisagem. De um lado, a natureza existe em si, enquanto que a paisagem existe somente em relação ao homem, na medida em que este a percebe e a elabora historicamente...[...] natureza é uma extensão sem nome, enquanto que a paisagem está ligada a um lugar e é personalizada por ele, isto é, uma extensão natural [...] não faz paisagem senão quando nós destacamos um fragmento (CAUQUELIN apud PASSOS, 1998, p.47).

Outros equívocos com conceito de paisagem referem-se ao modelo que é tão somente uma ferramenta, jamais a paisagem, muitas vezes indispensável a pesquisa paisagística; a referência da teledetecção (aérea ou por satélite) como sendo paisagem; confundir meio e paisagem que são entidades diferentes deste espaço como sinônimos quando na verdade meio natural “é um complexo, cuja organização repousa sobre interrelações materiais e energéticas; a paisagem, um complexo cuja organização repousa sobre as relações do homem com ele”. O termo paisagem foi ofuscado em alguns momentos pelo termo geossistema (Teoria dos Sistemas); e por fim a definição de paisagem tropeçou e tropeça na ambigüidade (PASSOS, 1998, p. 47-48).

Contudo, a paisagem se define primeiramente como um espetáculo que representa a “aparência, o reflexo de uma estrutura espacial” (BRUNET, 1974), e “às vezes, construção da natureza, do homem e do espírito do homem” (PELLETIER, 1984); podendo ser “conceito, enquanto concerne à captação objetiva do suporte material, e

representação, enquanto ressalta a intervenção subjetiva do receptor” (SAUTTER, 1979). “Uma paisagem é um todo que percebemos por meio dos sentidos e, então, para o compreender, devemos desvendar todas as relações causais” (ROUGERIE, 1969).

A paisagem

é a aparência (incompleta) de uma estrutura espacial que corresponde a um certo estado de um sistema [...] que abrange uma realidade que reflete as profundas relações, freqüentemente não visíveis entre seus elementos, os quais são abordados pelos geógrafos que situam a paisagem na interface sociedade/natureza reconhecendo sua dimensão social e histórica (PASSOS, 1998, p.51;55-56).

A paisagem segundo Deffontaines (1973) “é o suporte de uma informação original sobre numerosas variáveis relativas notadamente aos sistemas de produção e cuja superposição ou vizinhança, revelam ou sugerem interações”. Ou ainda, nas palavras de Tricart (1981) “uma paisagem é uma dada porção perceptível a um observador onde se inscreve uma combinação de fatos visíveis e invisíveis e interações as quais, num dado momento, não percebemos senão o resultado global”.

Por fim, existem duas maneiras de abordar o espaço que nos cerca, contendo as paisagens que nos interessam: a primeira é aquela que toma o indivíduo como ponto de partida e liga-se à filosofia que faz do eu o centro do mundo – esfera imaginária de sinais e sinais pessoais; e a segunda é aquela que considera o espaço como um objeto de observação, e liga-se à filosofia da extensão cartesiana – observador *in vitro* (PASSOS, 1998, p.57).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIATA, F.; SILVESTRI, G. *El paisaje en el arte y las etnoelias humanas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994, 182p.
ARRUDA, José Jobson. *História total 3: Antigüidade e Idade Média*. São Paulo: Ática, 1998, 328p.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global. **CADERNO DE CIÊNCIAS DA TERRA**. São Paulo: USP/IG, n° 13, p.1-27, 1972.

_____. Paisaje y Geografia Física Global: bosquejo metodológico. In: **Geografia Física y Paisaje**. Universidad de Salamanca: Facultad de Geografia e Historia, 1983 [texto traduzido].

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998,192p.

CAUQUELIN, A. Le paysage et son dessein. In: BILLY, A. et all, **L'humanisme en geographie**. Paris: Anthropos, 1990, p. 101 – 109.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

COLLISCHONN, E. **As marcas sem retorno da paisagem**. Florianópolis: UFSC, 1995, 26p. [mimeo].

CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. **A evolução do pensamento geográfico**. 6ª ed. Lisboa: Grádiva, 1990, 142p.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. **Aplicação do Zoneamento ambiental no estudo da paisagem: uma proposta metodológica**. Florianópolis: UFSC/Dissertação de Mestrado, 1997, p.40-81.

HERNANDEZ, Eduardo. Aplicación de un metodo para la sistematización y el análisis del paisaje. El caso de los distritos de Sabanilla, San Isidro y Carrizal da Alajuela. Costa Rica. In: **REVISTA GEOGRAFIA DE AMÉRICA CENTRAL**, n° 34, II semestre de 1996 – I semestre de 1997, p. 11-23.

LACOSTE, Y. **Paisages en action**. *Herodote*, Paris, (44): 106 – 125, 1987.

_____. **A geografia - isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**, Campinas: Papirus, 1989. 263p.

LEITE, M. A. F.P. **Destruição ou Desconstrução?** São Paulo: Hucitec, 1994. 194 p.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2001, 298p.

MENDOZA, Josefina G. et ali. **El pensamiento geográfico**. Madrid: Alianza, 1988.

PASSOS, Messias Modesto dos. **Biogeografia e Paisagem**. Presidente Prudente: Pós-Graduação em Geografia, 1998. 278p.

RILKE, R. M. Da paisagem. In: **Sämtliche Werke**. Frankfurt: Insel-Verlag, 1965, p. 516-522. Tradução de Von der Landschaft. Revisão baseada no original por Luciana Martins e Ferdinand Reis.

RODRÍGUEZ, José Mateo. Conferencia: La ciencia del paisaje a la luz del paradigma ambiental. In: **GeoNotas**, vol.2, n°1 – jan/fev/mar de 1998, p.1-6.

ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystèmes et paysages: bilan et methods**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1991. 302p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988, 124p.

SAUER, Carl O. The morphology of landscape. **Publications in Geography**, Berkeley, vol.2, n°2, 1925, p.19-54.

SMALL, John; WITHERICK, Michel. **Dicionário de Geografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1992, 273p.

SOTCHAVA, V.B. **O estudo de geossistemas. Métodos em questão**. São Paulo, n° 16, 1977. 52p.

TRICART, J. **Paisagem e Ecologia**. São Paulo: IGEOG-USP, 1981.

_____. L'analyse de système et l'étude intégrée du milieu naturel. **Annales de Géographie**, Paris (LXXXVIII) : 705 – 714, 1979